

Planejamento Nas Instituições Estaduais De Assistência Técnica E Extensão Rural (ATER): Contexto Produtivo E Educacional.

Riviani Da Silva Schopf¹, Thiago Da Silva Sampaio²,
Cynthia Mari Naborikawa Soares³, Juliana Munari Franco⁴,

Luciane Scherer Pahim⁵, Luciana Vargas Pedroso⁶

(Mestra Em Políticas Públicas, Universidade Federal Do Pampa, Brasil)

(Doutor Ciência Política, Universidade Federal De Minas Gerais, Brasil)

(Especialista Em Gestão Pública, Faculdade De Educação São Luís, Brasil)

(Especialista Em Metodologia Do Ensino De Biologia E Química, Faculdade Internacional De Curitiba)

(Mestra Em Epidemiologia (Saúde E Nutrição Do Adulto), Universidade Federal De Pelotas, Brasil)

(Mestra Em Educação Em Ciências, Universidade Federal Do Pampa, Brasil)

Abstract:

Background: This article aims to analyze the organizational aspects and expectations of productive arrangements, focusing on the role of strategic planning in public policies for technical assistance and rural extension. It seeks to promote a careful reflection within the organizational context, examining the actions and institutional behaviors of Emater RS/Ascar to highlight the cultural diversity of each enterprise, regardless of its size. In this sense, government policies related to rural education, technical assistance, and rural extension are viewed as essential components for sustainable development.

Materials and Methods: This study adopts a qualitative approach, appropriate for the investigation of complex social phenomena, focusing on the analysis of the dynamics of public policies in the state of Rio Grande do Sul, especially with regard to the performance of Emater/RS-Ascar in the organizational and educational spheres. Qualitative research allows for an in-depth understanding of the institutional processes and interactions involved, and is widely used in the Social Sciences, as highlighted by Minayo (2009), who states that the object of these sciences is essentially of a qualitative nature. The methodology used is based on two main procedures: bibliographical research and documentary research.

Results: Emater/RS-Ascar's work in Rio Grande do Sul focuses on serving family farmers and ranchers, traditional communities (indigenous people, quilombolas, artisanal fishermen), agrarian reform settlers, and urban/peri-urban producers. Although it also serves medium-sized producers, its focus is on groups in situations of social vulnerability. In 2023, the institution's work stood out in response to the consequences of the Super El Niño phenomenon, which severely impacted farming families. In this context, the role of rural extension workers was fundamental in mitigating the effects of climate disasters. The entity's actions are carried out based on an annual work plan that through participatory planning involves the 497 municipal offices, coordinated by 12 regional offices and guided by technical and planning managers linked to the Central Office.

Keyword: Planning, Education, Production, Context, Development

Date of Submission: 04-05-2025

Date of Acceptance: 14-05-2025

I. Introdução

As alternativas tecnológicas, pensadas de acordo com as especificidades de cada localidade, vêm em meio a um panorama em que se defende o estabelecimento de uma agricultura com vista a melhores níveis de produção e produtividade (Bernardes e Bonfim 2021, p.3). Essas possibilidades geraram expectativas, padrões de qualidade e desempenho que levaram algumas organizações a seguir uma nova postura nos mercados consumidores diante das novas exigências, o que acarreta a necessidade de reciclagem no modo de fazer e planejar. A inclusão da educação no contexto da estrutura produtiva é fundamental, pois ela desempenha um papel essencial na transformação de atitudes e na construção de uma sociedade mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente e as formas de produção. A educação pode ser conceituada de duas formas distintas, sendo a primeira considerada como custo imediato e a segunda como investimento (Viana; Lima, 2010). Para os autores, o custo imediato exige investimentos para a realização no curto prazo, enquanto que, no conceito de

investimento, é considerada a capacidade de aumento nas futuras rendas do estudante, que contribuirão conseguinte para o crescimento econômico.

Isso inclui iniciativas de educação no campo direcionadas para o impacto na produção, planejamento familiar para atender às demandas dos clientes e preocupações com o suporte pós-implementação. No contexto de investimento, a Emater/RS-Ascar estabelece seu planejamento estratégico com base na convicção de que planejar implica, antes de tudo, adotar procedimentos formalizados, padronizados e sistemáticos. Esses procedimentos são capazes de tornar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e social (ATERS) eficiente, eficaz e oportuna. A Lei de ATER, trouxe a alteração da Lei no. 8.666, 21/06/1993. Isso instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, oportunizando a contratação de assistência técnica e extensão rural, sem licitação, por intermédio de Chamadas Públicas, alicerçada pela apresentação de um projeto técnico e executivo (Paixão, 2020, p.8). Sobretudo, estabelecendo caminhos que organizem as dimensões estratégicas, táticas e operacionais da instituição de acordo com os preceitos da Constituição Estadual, de atender de forma universal as famílias de agricultores/as com assistência técnica e extensão rural e social em todo o estado do Rio Grande do Sul (EMATER, 2015, p.2).

A extensão rural, implementada pela EMATER/RS-ASCAR (instituição do serviço público de Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul) como um serviço público destinado a tratar uma variedade de questões enfrentadas pela população rural em áreas específicas, constitui um dos elementos da educação contínua ou permanente para essa população em geral. Sua participação é voluntária, não havendo restrições de idade, horários fixos ou esquemas formais de avaliação. Contudo, sua execução exige planejamento e organização, oferecendo oportunidades de aprendizado a segmentos específicos da população rural. De acordo com (Andrade, 2010, p.7), entre os principais propósitos da extensão rural está o incentivo ao desenvolvimento pessoal da população do campo, com foco na transformação de suas condições econômicas, sociais e políticas. Isso é alcançado por meio da disseminação de informações e saberes pertinentes às comunidades, promovendo, assim, uma abordagem pedagógica que favorece a emancipação e a participação ativa. Corroborando, (Andrade 2010) o conhecimento adquirido através do processo educativo, sob essa ótica, cumpre a função de estimular e impulsionar a ação transformadora no campo, diante das demandas do mercado consumidor. Isso permite que o indivíduo compreenda que a realidade é suscetível de ser modificada e que ele próprio detém a capacidade de alterá-la, criando e reconstruindo novos saberes.

A intensificação dos fluxos impulsionados pela qualidade desse novo mercado consumidor gerou a necessidade de esforços direcionados à eficiência, com o intuito de promover o avanço e conquistar vantagem competitiva. Isso se reflete na maneira como as atividades são realizadas entre os diferentes agentes, fundamentadas na racionalidade funcional, além de um planejamento estratégico adequado. Pode-se afirmar que a abertura de mercados para pequenos e, sobretudo, grandes produtores impacta diretamente a qualidade de vida das comunidades, promovendo transformações culturais tanto nas instituições quanto na sociedade como um todo. Este fenômeno não apenas redefine as interações comerciais, mas também molda as percepções e práticas sociais, criando um ambiente dinâmico de intercâmbio cultural e econômico entre diferentes partes interessadas. Em síntese, a extensão rural se apresenta como um mecanismo fundamental para impulsionar o desenvolvimento sustentável e criar comunidades rurais robustas e prósperas.

Para Sandel (2020, p.14), a defesa usual dos mercados sem restrições baseia-se em duas postulações – uma sobre o bem estar, outra sobre liberdade. De acordo com o autor, inicialmente as demandas pelo fornecimento de mercadorias envolveriam o “bem estar da sociedade” ao fornecer os produtos que as pessoas desejam e também o respeito à liberdade individual, para que as pessoas façam suas escolhas de consumo e com isso os valores dos itens poderiam ser regulados por suas seleções de compra e venda.

Em virtude das considerações acima, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente as questões introdutórias sobre o desenvolvimento sustentável das empresas, valores, comportamentos culturais e educativos. Por conseguinte, no desenvolvimento o objetivo é analisar as inter relações com políticas públicas na área de assistência técnica e extensão rural e a importância do contrato social.

II. Material E Métodos

A metodologia adotada neste estudo é de cunho qualitativo e tem como propósito abordar a dinâmica das políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na atuação da Emater/RS-Ascar nos âmbitos organizacional e educacional. A abordagem qualitativa se mostra apropriada para investigar fenômenos sociais complexos, permitindo uma análise dos processos e interações institucionais envolvidos. As pesquisas qualitativas são muito aplicadas nas Ciências Sociais, possuindo grande relevância científica nessa área. (Minayo 2009, p. 14) expõe que “[...] o objeto das Ciências sociais é essencialmente qualitativo”. Os pesquisadores que trabalham com fenômenos sociais, baseiam suas investigações em contextos diversificados em variadas experiências de vida.

A pesquisa fundamenta-se em uma análise bibliográfica, por meio da revisão de literatura especializada sobre assistência técnica e extensão rural, bem como sobre as relações interinstitucionais que permeiam a

formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao meio rural. De acordo com Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Com relação aos documentos institucionais escritos, Gil (2010), destaca, na pesquisa documental, que os registros disponibilizados por órgãos governamentais são aqueles fornecidos por instituições governamentais, como projeto de lei, relatórios de órgãos governamentais, entre outros. Essa abordagem possibilita as investigações das estratégias, dos atores envolvidos e dos impactos das ações da Emater/RS-Ascar no desenvolvimento local e regional.

III. Resultados E Discussão

Racionalidade, Eficácia e Eficiência nas Políticas Públicas

O local, o território, como espaço humano e físico, condicionado pelas possibilidades do ecossistema e dos bens comuns disponíveis, é por excelência o locus da cidadania e condição de sustentabilidade (IPEA, 2009 p.158). Ainda que a teoria exposta seja aplicada à generalidade das organizações, a proposta ganha singular distinção no contexto das empresas com fins lucrativos, quanto aos aspectos mercadológicos para satisfazer as necessidades dos seus clientes no posicionamento de qualidade e preço adequados do produto ofertado e a demanda. Por outro lado, há empresas de pequeno porte, familiares, que enfrentam desafios relacionados à assistência técnica, aspectos culturais e educativos próprios, mercado competitivo para se inserir diante de médias e grandes empresas. Essas particularidades envolvem os interesses pessoais dos trabalhadores, se adotam comportamentos éticos em consonância com os valores presentes nas realidades que as integram, a comercialização da sua produção, suas perspectivas na gestão interna da pequena propriedade, atendimento às exigências legais, boas práticas de produção e seus valores.

Esses aspectos envolvem variáveis complexas, que são influenciadas pelos diversos grupos de interesse com os quais as comunidades interagem e dos quais dependem. Povos indígenas, remanescentes de quilombos, pescadores artesanais e outros grupos possuem culturas que devem ser reconhecidas e valorizadas nas políticas públicas. Tais políticas precisam respeitar as tradições e identidades desses grupos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Segundo (Rachels, 2013, p.32), alguns valores devem ser universais entre as sociedades humanas, como a verdade, que é essencial para a manutenção da convivência social. O autor acredita que, quando os costumes diferem, as razões subjacentes estão muitas vezes mais ligadas às crenças factuais das culturas do que a valores morais em si.

A ação pública pode ser vista de diferentes maneiras dependendo da perspectiva da sociedade em que ocorre. As tecnologias modernas coexistem com métodos tradicionais enraizados na cultura ancestral, como no caso dos pequenos produtores rurais, que não seguem um padrão racional absoluto. Eles priorizam a preservação de suas tradições em detrimento do lucro e da competitividade.

Essa diversidade de abordagens coloca em evidência a importância das políticas públicas, que devem ser elaboradas de maneira sensível às realidades locais. Tais políticas devem equilibrar o desenvolvimento econômico com a inclusão social, atendendo às necessidades da população mais vulnerável. Do mesmo modo, cabe salientar o debate sobre arranjos institucionais, isto é, “conjunto de regras, mecanismos e processos que definem de forma particular como se coordenam os atores e interesses na implementação de uma política específica” (Pires e Gomide, 2014, p. 19).

Nesse contexto, as universidades federais desempenham um papel crucial ao impulsionar a Educação do Campo, oferecendo formação técnica e profissional para grupos como jovens e adultos de assentamentos, comunidades quilombolas e educadores rurais. Além disso, o sistema de cotas e as políticas afirmativas para a pós-graduação são fundamentais para garantir a inclusão desses grupos no ensino superior.

A Definição de Políticas Públicas

Segundo (Souza 2006, p. 26), as políticas públicas são o campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação”, analisando suas ações e, quando necessário, propondo mudanças. A formulação de políticas públicas traduz os propósitos dos governos em programas que impactam a sociedade de maneira prática e real. Um exemplo dessa ação é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que promove projetos educacionais voltados para a reforma agrária, e a implementação de atividades como o projeto INSPECIONA-RS, que visa construir um futuro mais justo no campo, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e valorizando a vida dos agricultores familiares.

As políticas públicas, em sua essência, devem ser baseadas na eficiência e eficácia, mas também devem incorporar a racionalidade deliberativa. A racionalidade deliberativa permite analisar questões públicas sob diversas perspectivas, promovendo o diálogo e a democratização das políticas, como abordado por (IPEA, 2015, p. 247).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS-Ascar) desempenha um papel estratégico no apoio aos pequenos agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento

sustentável por meio da integração entre aspectos culturais e tecnológicos. A atuação da instituição é guiada pelas diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), e viabilizada por convênios firmados com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, assegurando a continuidade do suporte aos produtores rurais.

A contribuição da Emater/RS-Ascar para a implementação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado do Rio Grande do Sul.

A Emater/RS-Ascar estabelece parcerias institucionais com diferentes esferas do poder público e da sociedade civil. Entre os principais parceiros destacam-se os municípios, o Governo Estadual — por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) —, o Governo Federal, além de conselhos e gestores de políticas públicas. A instituição também mantém articulações com entidades da sociedade civil, como sindicatos, cooperativas, organizações de beneficiários, universidades, instituições de pesquisa, instituições financeiras e indústrias com atuação local e regional.

De acordo com os parâmetros de atendimento institucional o público atendido pela Emater/RS-Ascar é composto majoritariamente por agricultores e pecuaristas familiares, povos e comunidades tradicionais (incluindo indígenas, quilombolas e pescadores artesanais), assentados da reforma agrária, aquicultores, pescadores profissionais e artesanais. A instituição também contempla médios produtores, agricultores empresariais e produtores urbanos e periurbanos. Contudo, sua atuação prioritária concentra-se nos segmentos em situação de maior vulnerabilidade social.

Segundo informações institucionais, as ações institucionais da Emater/RS-Ascar estão organizadas com base em três diretrizes estratégicas: Desenvolvimento Social e Humano, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais. Essas ações são resultado de um processo de planejamento participativo conduzido pelos 497 escritórios municipais da instituição, os quais estão organizados em 12 escritórios regionais. O processo é orientado pelas Gerências de Planejamento (GPL) e Técnica (GET), ambas vinculadas ao Escritório Central.

A atuação da Emater/RS-Ascar se sobressai pelo apoio técnico, promoção e proteção dos direitos de agricultores e pecuaristas familiares, além de povos e comunidades tradicionais, beneficiários da reforma agrária, produtores urbanos e das áreas periurbanas, bem como de médios agricultores. Esse trabalho considera todos os integrantes das famílias atendidas. Em 2023, conforme aponta o relatório institucional da entidade, destacou-se a atuação dos extensionistas rurais frente às calamidades climáticas ocasionadas pelo fenômeno Super El Niño, que causou severos prejuízos às famílias agricultoras no Estado. As atividades da Emater/RS-Ascar estão estruturadas em 84 atividades e 555 práticas, majoritariamente registradas no Sistema de Registro de Planejamento (SISPLAN). Para o ano de 2024, o Plano Anual de Trabalho (PAT) previu a realização de 84 atividades, desdobradas em 547 práticas. A execução dessas ações é monitorada por meio de um sistema digital que assegura a transparência, a rastreabilidade e o controle interno, atendendo também às exigências dos órgãos de fiscalização e controle. A organização atua como agente executor de políticas públicas com base nos princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e transparência. O compromisso com o bem coletivo é garantido por um conjunto de diretrizes que regulam tanto o funcionamento interno da instituição quanto sua relação com os beneficiários dos serviços prestados. O Plano de Negócios da Emater-DF (Distrito Federal) para o exercício 2025 enfatiza o crescente aumento dos fluxos orientados pela qualidade deste novo mercado consumidor, que se reflete na forma como as atividades são conduzidas entre os pares, baseando-se na racionalidade funcional e em estratégias de planejamento bem definidas. Nesse aspecto, a abertura das fronteiras comerciais para pequenos e grandes produtores não apenas influencia diretamente o padrão de vida nas comunidades, mas também desencadeia mudanças culturais significativas tanto nas instituições quanto na sociedade em geral.

Por fim, a ética e a responsabilidade são pilares fundamentais da atuação da Emater/RS-Ascar, conforme preveem suas normas institucionais. De acordo com (Dias 2014) o comprometimento das pessoas nas organizações não é possível sem a associação de ética individual e coletiva, sustentado na moral e nos valores apoiados pelas regras universais. Um ponto significativo diz respeito à análise da realidade de determinados segmentos sociais, como é o caso dos agricultores familiares no meio rural, especialmente em um contexto onde as concepções de modernização, a intensa competição nos mercados e os requisitos técnicos emergem como diferenciais competitivos essenciais. Para esse grupo específico da sociedade, as políticas públicas devem atender à necessidade intrínseca de qualificação profissional, como o acesso a universidades públicas e institutos técnicos especializados em áreas como pecuária e agricultura. Além disso, há a disponibilização de programas voltados ao desenvolvimento rural, implementados por empresas de assistência técnica e extensão rural, como a Emater RS/Ascar, por meio de suas doze regionais.

Essas organizações operam em colaboração com os poderes públicos federal, estadual e municipal, além de outras instituições de pesquisa, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável. Elas oferecem assessoria e apoio, respeitando os valores culturais das comunidades locais, os quais influenciam o

desenvolvimento moral e o ambiente ético das pequenas propriedades, impactando diretamente na natureza do desempenho empresarial. A essência fundamental de qualquer estrutura familiar reside nas pessoas, cujas crenças englobam habilidades cognitivas, padrões de raciocínio e atitudes, além de sua interação com um modelo de desenvolvimento que observa os valores defendidos pelas diretrizes globais. Logo, ao refletir sobre a dimensão da racionalidade deliberativa das propriedades rurais, precisamos compreender que, além dos compromissos relativos ao seu funcionamento interno, há aspectos culturais herdados dos seus antepassados, questões relacionadas com atores externos, e particularidades de ordem social.

O Contrato Social e a Regulação das Políticas Públicas

No contexto político-institucional, diversas partes devem colaborar para a execução de políticas públicas eficazes. A abordagem multicêntrica, como defendem (Secchi 2010) e (Lima 2016), envolve não apenas o governo, mas também organizações privadas e não governamentais, que são protagonistas nas redes de políticas públicas. Essa abordagem busca assegurar que todos os atores envolvidos no processo de decisão pública possam influenciar as ações e garantir sua efetividade.

No atual contexto político-institucional brasileiro, a execução de uma política pública envolve diversos atores e processos que devem ser planejados e articulados de forma eficiente. Entre os principais protagonistas estão os burocratas, atuando em diferentes níveis de governo, e as organizações da sociedade civil, como sindicatos de trabalhadores, associações, institutos sociais e movimentos de representação social. Ao redor de cada política, há organizações que, com seus ativos — tanto materiais quanto humanos — e instrumentos legais, desempenham papéis fundamentais no processo decisório e de coordenação. Essa abordagem reflete um processo multicêntrico de formulação e execução de políticas, em que são integradas atividades de execução, reformulações e decisões sobre as ações necessárias, envolvendo um grande número de atores, tanto estatais quanto não estatais.

A abordagem multicêntrica, conforme descrito por (Secchi 2010, p. 2) e citado por (Lima 2016, p. 12), considera a colaboração entre organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas (policy networks), além de atores estatais. Esses grupos desempenham papéis de protagonismo na construção e estabelecimento das políticas públicas, conforme observado por (Dror 1971), (Kooiman 1993), (Rhodes 1997) e (Regonini 2001).

No Rio Grande do Sul, um exemplo evidente dessa integração é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), originalmente fundada em 1955 com o nome de Ascar, passando por uma reestruturação em 1977. Em cooperação com a Ascar, a Emater/RS impulsiona e consolida as diretrizes de extensão rural no estado, com a finalidade de elevar a produtividade, incrementar a renda e aprimorar as condições de vida das comunidades rurais. Conforme informações oficiais, sua missão é fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio da oferta de serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Social, além de atividades de Classificação e Certificação, atendendo diretamente à população do estado.

Em relação ao modelo administrativo da Emater/RS, os programas de assistência técnica e extensão rural são regulamentados pelo direito administrativo, conforme as normas de cooperação técnica, chamadas públicas, licitações, contratos e convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). Estes contratos visam estabelecer normas que definem os direitos, deveres e limites das partes envolvidas, de modo a garantir a execução eficiente dos programas de apoio ao meio rural.

Nesse contexto, a teoria contratualista de Thomas Hobbes, como abordada por (Rachels 2013, p. 94), oferece uma perspectiva valiosa. Hobbes argumenta que a moralidade deve ser entendida como uma solução para os problemas práticos enfrentados por seres humanos auto interessados. Para ele, a sociedade necessita de uma ordem social fundamentada em regras e leis, sem as quais haveria um caos social. Hobbes explica que as necessidades humanas são comuns e a escassez é um desafio universal, o que leva à necessidade de uma estrutura ordenada para regular a distribuição de recursos e garantir o bem-estar de todos. Ele também destaca que, em um ambiente sem regras, a convivência social seria marcada pela insegurança e pela constante ameaça de conflito, o que comprometeria as condições de vida dos indivíduos.

A partir dessa premissa, a necessidade de um "contrato social" surge como uma solução para garantir a convivência pacífica e cooperativa. No contexto das políticas públicas, isso se traduz na importância de regras que orientem as ações dos diversos atores envolvidos, regulando seu comportamento político, social e econômico. Nesse sentido, não basta que haja a vontade geral; é imprescindível que o Estado se responsabilize pela regulamentação e o endosso dos compromissos sociais, garantindo a lisura e a responsabilidade das instituições e dos cidadãos.

Esse entendimento se reflete em vários componentes essenciais das políticas públicas. Pois, (Fontanelli e Souza 2020) ressaltam que, em uma análise institucional, três componentes fundamentais devem ser considerados: o político, o legal e o organizacional/administrativo. O componente político envolve as regras que regem o comportamento social e político, enquanto o componente legal diz respeito às normas jurídicas que regulam as ações dos atores e das instituições. Já o componente organizacional/administrativo refere-se à capacidade das instituições de fornecer bens e serviços de forma eficiente, por meio de uma burocracia

profissionalizada e eficaz. Esses componentes se integram, criando as condições necessárias para a formulação e execução de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade.

Além disso, a ação racional no contexto das políticas públicas depende das percepções subjetivas sobre alternativas, suas consequências e as avaliações dos resultados possíveis. O entendimento das relações entre as entidades e indivíduos, os incentivos ou constrangimentos impostos para garantir adesão ou recusa a uma política pública, são fatores cruciais nesse processo de formulação e execução de políticas. Dessa forma, a racionalidade e a capacidade de adaptação das políticas públicas são essenciais para o sucesso dessas iniciativas, considerando as complexas dinâmicas sociais e os múltiplos interesses em jogo.

IV. Conclusão

Diante do exposto, constata-se a complexidade dos fatores que influenciam a estrutura administrativa das organizações, portanto, além de suas funções econômicas e culturais, devem estar atentas às dimensões comportamentais, valorizando os princípios e os valores vigentes no interior das instituições. Para responder às demandas de diversos setores da sociedade civil, existem instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), estruturadas para cada tipo de parceria estabelecida. Essas instituições têm como objetivo operacionalizar ações, estruturar iniciativas e promover o desenvolvimento social, sempre com base em parâmetros éticos que orientam a conduta de todos os envolvidos nas atividades de trabalho, independentemente do tipo de vínculo.

Isso ocorre tanto por meio do contrato social e das obrigações institucionais quanto pelas normas que regulam as interações e promovem a valorização de instrumentos educativos. Tais relações se desenvolvem a partir de contextos concretos, com vistas à realização de fins jurídicos e coletivos, bem como à aproximação com a realidade social, que nem sempre se pauta pela racionalidade plena do ser humano.

Referências

- [1] Assistência Técnica E Extensão Rural Para Sistemas Orgânicos De Produção: Estudo De Caso De Contrato De Serviço De Assistência Técnica E Extensão Rural (Ater) Para O Estado Do Rio De Janeiro. Disponível Em: <<https://Rima.Ufrj.Br/Jspui/Bitstream/20.500.14407/10394/3/2020%20-%20m%C3%A1rcio%20pureza%20paix%C3%A3o.Pdf>>. Acesso Em: 10 Abr. 2025.
- [2] Andrade, R. Teoria Do Capital Humano E Qualidade Da Educação Nos Estados Brasileiros. 2010. 73f. Monografia - Ufrgs. Porto Alegre, 2010.
- [3] Bernardes, Juliana Correa; Bonfim, Eduardo Baio. Comunicação Rural: Legitimando A Inclusão Digital No Campo. Revista Competências Digitais Para Agricultura Familiar, V. 1, N. 1, 2021. Disponível Em: <https://Owl.Tupa.Unesp.Br/Recodaf/Index.Php/Recodaf/Article/View/8>. Acesso Em: 10 Abr. 2025. Capacidade Estatal E Burocracia: Sobre Conceitos, Dimensões E Medidas. Capítulo 2. Celina Souza E Flavio Fontanelli. In Implementação De Políticas E Atuação De Gestores Públicos: Experiências Recentes Das Políticas De Redução Das Desigualdades. Org. Janine Mello Et Al. Ipea, 2020.
- [4] De Aplicação, M. P. E. E. Ater Digital Participativa. Disponível Em: <https://Www.Gov.Br/Agricultura/Pt-Br/Assuntos/Sustentabilidade/Cesesp/Publicacoes/Livros/Ater-Digital-Participativa_Ebook-1.Pdf>. Acesso Em: 14 Abr. 2025. Dias, M. O. Ética, Organização E Valores Ético-Morais Em Contexto Organizacional. Gestão E Desenvolvimento, Lisboa, N. 22, P. 89-113, 2014
- [5] Editoriais, I. Resenha: “Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas De Análise, Casos Práticos”, De Leonardo Secchi. Disponível Em: <<https://Periodicos.Ufpb.Br/Index.Php/Rppi/Article/Download/35985/18913/88200>>. Acesso Em: 10 Abr. 2025. Emater Rs-Ascar. Disponível Em: http://Www.Emater.Tche.Br/Site/A-Emater/Missao-Visao.Php#_X_-Rfdmsniv. Acesso Em 13 Jan 2025.
- [6] Emater. Rio Grande Do Sul/Ascar. Plano Anual De Trabalho : Pat 2024 / Emater. Rio Grande Do Sul/Ascar. – Porto Alegre : Emater/Rs-Ascar, 2023. 97 P. : Il. Color. – (Série Relatórios). Florêncio, Jônatas Elias Emater/Rs-Ascar E Sua Relação Com O Estado Do Rs./ Jônatas Elias Florêncio. - 2019. Fundamentos Teóricos, Orientações E Procedimentos Metodológicos Para A Construção De Uma Pedagogia De Ater. Brasília: Mda/Saf. Disponível Em: <https://Www.Emater.Pa.Gov.Br/Storage/App/Media/Proaterdocumentacao/Fundamentos_Pedagogia_Ater.Pdf>. Acesso Em: 14 Abr. 2025.
- [7] Gil, A. C. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. São Paulo, Sp: Atlas, 2002. Gil, A. 2010. Métodos E Técnicas De Pesquisa Social. 6. Ed., 3 Reimpr., São Paulo: Atlas.
- [8] Gomide, A. A.; Pires, R. R. C. (Eds.). Capacidades Estatais E Democracia: Arranjos Institucionais De Políticas Públicas. Brasília: Ipea, 2014.
- [9] Lima.L.L E D’ascenzi.L 2013. Implementação De Políticas Públicas: Análise Da Política Nacional De Humanização A Partir Da Burocracia Implementadora. Implementação De Políticas Públicas: Análise Da Política Nacional De Humanização A Partir Da Burocracia Implementadora. Disponível Em: <http://Www.Anpad.Org.Br/Admin/Pdf/2013_Enanpad_Apb1178.Pdf> Acesso Em: 05 Jan 2025.
- [10] Minayo, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade. Rio De Janeiro, Rj: Vozes, 2009.
- [11] Planejamento Brasil Século Xxi : Inovação Institucional E Refundação Administrativa : Elementos Para O Pensar E O Agir / Organizador: José Celso Cardoso Jr. – Brasília: Ipea, 2015. 399 P. : Il., Gráfs. Color. – (Pensamento Estratégico, Planejamento Governamental & Desenvolvimento No Brasil Contemporâneo ; Livro 4).
- [12] Plano Anual De Trabalho – Pat 2024. Disponível Em: <https://Www.Emater.Tche.Br/Site/Arquivos/Relatorio-Institucional/Pat_2024.Pdf>. Acesso Em: 13 Abr 2025
- [13] Plano De Negócios Anual 2025 Emater-Df. Disponível Em: <https://Emater.Df.Gov.Br/Wp-Content/Uploads/2019/08/Plano-De-Negocios-Anual-Da-Emater-Df-2025_Versao-Final.Pdf>. Acesso Em: 18 Abr. 2025. Relatório De Atividades De Assistência Técnica E Extensão Rural E Social 2023. Disponível Em: <https://Www.Emater.Tche.Br/Site/Arquivos/Relatorio-Institucional/Relatorio_De_Atividades_2023.Pdf>. Acesso Em: 14 Abr. 2025.

- [14] Sandel, M. Justiça. O Que É Fazer A Coisa Certa. São Paulo: Civilização Brasileira, 2020,Pp.9-42. Sociedade E Economia: Estratégias De Crescimento E Desenvolvimento. Disponível Em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3225/1/Livro_Sociedadeeeconomia.pdf>. Acesso Em: 14 Abr. 2025.
- [15] Souza, Celina. Políticas Públicas: Uma Revisão Da Literatura. Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, Nº 16, P.20-45, Jul./Dez. 2006.